

4. CONCURSO PÚBLICO Nº. CP.5.16.DACPGP – CENTRO ESCOLAR DE S. LÁZARO:

Submete à consideração do Executivo Municipal a proposta de contratação: Empreitada de “Centro Escolar de S. Lázaro”, nos termos constantes da informação.

Deliberação da Câmara Municipal:

*A no do Excmo,
para adjuicação. 17/09/07*

Remeta-se ao Sr. Presidente.

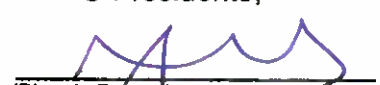
A Diretora da DMOSM,


(Alzira Torres)

2017/09/07

Despacho:

O Presidente,


(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

17/09/07

Concurso Público: CP.5.16.DACPGP

Contratação: empreitada de "CENTRO ESCOLAR DE S. LÁZARO".

Preço base (Pb): €1.219.226,98 (sem IVA).

Prazo máximo de execução da empreitada: 245 (duzentos e quarenta e cinco) dias de calendário.

RELATÓRIO FINAL

Reunião efetuada em 07/09/2017, em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, alterado pela Lei n.º 59/2008 de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009 de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010 de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010 de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 149/2012 de 12 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015 de 02 de outubro, destinada à elaboração do relatório final, no âmbito do procedimento acima referenciado, cujo anúncio (n.º 5125/2016), foi publicado no Diário da República, Parte L, II série, Número 157, de 17 de agosto de 2016, com o objetivo de ponderar as observações dos concorrentes em sede de audiência prévia, confirmar ou não, a ordenação final das propostas constantes do relatório preliminar e, finalmente, propor a

Página 1 de 4

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

adjudicação e as formalidades legais dela decorrentes, tendo sido o júri do procedimento, nomeado por despacho de 28/07/2016, exarado na proposta de escolha e início de procedimento n.º CP.5.16.DACPGP, cuja composição é a seguinte:

- Presidente do júri: Eng.º Gaspar António Sampaio da Silva;
- Vogal: Eng.ª Paula Cristina Monteiro Alvares Pereira;
- Vogal: Arqt.º Nuno José Macedo Azevedo;
- Vogal: Dr.ª Mafalda Sofia Campos Vilaça;
- Vogal: Téc.ª Valéria de Araújo Borges;
- Vogal suplente: Eng.º Luís Manuel Faria Borges de Almeida;
- Vogal suplente: Eng.º Luís Miguel Mesquita e Sousa Pereira de Araújo.

I – AUDIÊNCIA PRÉVIA E ORDENAÇÃO DAS PROPOSTAS

Em cumprimento do disposto no artigo 147.º do CCP, o júri enviou a todos os concorrentes o relatório preliminar, tendo fixado o prazo de cinco dias úteis para se pronunciarem por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia.

O resultado deste procedimento foi o seguinte:

- Os concorrentes não apresentaram quaisquer reclamações.

Face ao que foi referido anteriormente o júri deliberou não alterar o teor e as conclusões do relatório preliminar, pelo que manteve a seguinte ordenação das propostas:

- **1.º Lugar: M. KAIROS – ENGENHARIA E ENGENHARIA, CONSTRUÇÃO, S.A.;**
– Valor da proposta: **€1.119.294,70**
- **2.º Lugar: COSTEIRA – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.;**
– Valor da proposta: **€1.163.847,55**
- **3.º Lugar: ALEXANDRE BARBOSA BORGES, S.A.;**
– Valor da proposta: **€1.210.000,00**

II – ADJUDICAÇÃO E FORMALIDADES COMPLEMENTARES

1 – PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO

Face ao que foi referido anteriormente e pelo facto do concorrente **M. KAIROS – ENGENHARIA E ENGENHARIA, CONSTRUÇÃO, S.A.**, ter ficado classificado em 1.º lugar, o júri deliberou propor que a empreitada atrás referenciada lhe seja adjudicada pela quantia de **€1.119.294,70**, a que acresce o IVA à taxa em vigor.

1.1 – O prazo de execução da empreitada é de 219 dias.

2 – CAUÇÃO

Face ao valor da adjudicação, é exigida a prestação de uma caução correspondente a 5% do preço contratual.

O modo de prestação da caução é o referido no Programa do Concurso.

Em alternativa à prestação da caução, poderá o adjudicatário, de acordo com o previsto no Programa do Concurso, apresentar um seguro da execução do contrato a celebrar, emitido por entidade seguradora, que cubra o respetivo preço contratual, ou declaração de assunção de responsabilidade solidária com o adjudicatário, pelo mesmo montante, emitida por entidade bancária, desde que essa entidade apresente documento comprovativo de que possui sede ou sucursal em Estado membro da União Europeia, emitido pela entidade que nesse Estado exerça a supervisão seguradora ou bancária, respetivamente.

3 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 132.º do CCP, o prazo para apresentação dos documentos de habilitação foi fixado no artigo 9.º do Programa do Concurso.

4 – CONTRATO ESCRITO

4.1 – Minuta do contrato

Sendo exigida a caução, a minuta do contrato só pode ser aprovada depois de comprovada a sua prestação.

5 – NOTIFICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO

Face ao que antecede, e se as propostas aqui formuladas mereceram a aprovação superior, proceder-se-á, nos termos do n.º1 do artigo 77.º do CCP, ao envio da notificação da adjudicação ao adjudicatário e, em simultâneo, aos restantes concorrentes, a qual será acompanhada do "Relatório Final".

Nos termos do n.º 2 do artigo 77.º do CCP, o adjudicatário será igualmente notificado:

- Para apresentar os documentos de habilitação exigidos no prazo fixado e nos termos do artigo 81.º do CCP;
- Para prestar caução.

O Júri do Procedimento

.....
(Eng.º Gaspar António Sampaio da Silva)

.....
(Eng.ª Paula Cristina Monteiro Alvares Pereira)

.....
(Arq.º Nuno José Macedo Azevedo)

.....
(Tec.ª Valéria de Araújo Borges)

.....
(Eng.º Luís Miguel Mesquita e Sousa Pereira de Araújo)

Em anexo: Processo integral do procedimento.